

BOAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

SETOR DE PECUÁRIA



CAIXA

2016



APRESENTAÇÃO

Esta publicação faz parte de um conjunto de guias da Caixa para orientação sobre o controle ou a mitigação dos impactos dos empreendimentos no meio ambiente e na população mais afetada. Esse conjunto de guias abrange os setores de maior vulnerabilidade socioambiental na concessão de crédito pela Caixa.

O setor de pecuária é caracterizado pela produção animal de bovinos, bubalinos, caprinos, suínos, aves e produtos derivados (carne, leite, ovos, lã, couro, entre outros). Sua cadeia produtiva pode ser segmentada entre pecuária, que envolve toda a fase de criação dos animais, e indústria, onde estão as etapas de abate e processamento dos produtos, subprodutos e derivados.

Com predominância da produção extensiva (grandes áreas de pastagem), a ocupação desordenada e com grandes lacunas de regularização fundiária, destaca-se a influência da pecuária bovina como um dos principais fatores do desmatamento da Amazônia. A partir da última década, essa situação de descontrole passou a afetar, diretamente, não só a qualidade dos negócios na região, mas de toda a cadeia de valor da pecuária.

Diante desse cenário, melhorar o acesso à informação das propriedades rurais e a rastreabilidade dos produtos, avançar nos processos de regularização fundiária e ambiental, assim como adotar práticas produtivas e tecnologias modernas para aumentar a produtividade e tornar os processos mais eficientes no uso de recursos reduzindo os impactos socioambientais são importantes para superar os desafios e atender às novas demandas.

Diversas iniciativas têm sido desenvolvidas para definir indicadores de sustentabilidade no setor com o intuito de valorizar os produtos e serviços. Apresentamos a seguir os principais itens relacionados à sustentabilidade.

Cabe ainda ressaltar que, sendo referidas ou não neste guia, toda a legislação e normas que se apliquem a esse setor devem ser atendidas pelo proponente.

Eventuais sugestões devem ser encaminhadas para o e-mail gersa@caixa.gov.br.

— CRIAÇÃO DE BOVINOS —

TEMAS AMBIENTAIS

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AMBIENTAL

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o instrumento que comprova a regularidade ambiental das propriedades rurais e uma ferramenta importante que une informações das propriedades e posses. O CAR, cujo registro eletrônico é feito por meio do SiCAR, é obrigatório a todos os imóveis rurais. Com ele, é possível incluir informações geográficas, áreas consolidadas, Áreas de Reserva Legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Uso Restrito (AUR), possibilitando, assim, o cálculo dos passivos ambientais e dos ativos florestais. Os proprietários ou posseiros com passivos ambientais também podem ser incluídos no Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Sendo o CAR o instrumento para a regularização da propriedade, a licença ambiental, por sua vez, é o instrumento para a regularização da atividade, tanto para criação, produção e abate.

O QUE FAZER

Quando for aplicável, providenciar a documentação comprobatória de conformidade requerida ao projeto, tais como: licença ambiental ou documento similar comprobatório de regularidade ambiental vigente do imóvel onde será implantado o projeto, obtenção do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR e do CAR. Atentar, também, para a necessidade de outorga para uso de água, autorização para supressão de vegetação – AVS, entre outros. No caso de imóvel rural, o registro no CAR é obrigatório, e em casos de danos em APP, RL ou AUR, o empreendedor deve apresentar o termo de compromisso formalizando a adesão ao PRA.

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

De acordo com dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o setor pecuário responde por cerca de 37% (446 MtCO₂e) das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Suas emissões são resultantes, principalmente, do processo de digestão de animais ruminantes (gado, búfalos, ovelhas e cabras), dos processos de manejo do solo (fertilização) e estercos, dos desmatamentos, das queimadas e dos resíduos gerados do setor. Além dos gases de efeito estufa, o manejo do esterco também contribui para a emissão do gás amônia, que pode apresentar forte odor e, em concentrações elevadas, próximo aos cursos d'água, pode alterar a sua qualidade, provocando a mortandade de peixes e outros organismos.



O QUE FAZER



Em projetos de pecuária de grandes proporções é recomendável a realização de inventário de emissões de GEE e a adoção de técnicas de produção baseadas na pecuária de baixo carbono. Ainda é recomendado a adoção de práticas de manejo dos dejetos e a intensificação da produção bovina, reduzindo a necessidade de ampliar as áreas com desmatamento.

DESMATAMENTO E CONVERSÃO DE ÁREAS DE FLORESTAS NATIVAS

A transformação de áreas com fragmentos naturais em pastagens altera características físicas e químicas do solo. Outros impactos relacionados são as alterações climáticas, como mudanças na temperatura e na umidade do ar, mudanças na composição da biomassa, na eficiência da ciclagem de nutrientes e na emissão de gases de efeito estufa como consequência da queima da vegetação.



Os impactos são potencializados pelo grande tamanho do rebanho bovino (mais de 200 milhões de cabeças); significativa área destinada às pastagens de produção, que é essencialmente extensiva e a associação da expansão das atividades no bioma Amazônia com o aumento do desmatamento.

Estima-se que a pecuária é responsável por cerca de 70% dos desmatamentos nos últimos 40 anos. Quando for constatado o desmatamento ilegal ou a exploração florestal em determinado imóvel sem autorização ou com autorização inconsistente, a área será embargada pelo órgão ambiental e não poderá ser utilizada economicamente até que o dano ambiental seja reparado.

O QUE FAZER



Certificar-se de que nas propriedades rurais não existem embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente. Caso o projeto envolva a supressão de vegetação nativa, observar a legislação ambiental vigente, em especial, o Código Florestal. Além disso, verificar se na área do projeto existe alguma ação restritiva que limite a conversão de ecossistemas naturais em áreas para pecuária, evitando transtornos na obtenção de autorização para supressão vegetal. Obedecer às normas de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

EROSÃO DO SOLO E PERDA DA CAPACIDADE PRODUTIVA

A erosão é o processo de desgaste acelerado do solo, caracterizado pela perda da camada superficial, consequência, na pecuária, de pastagens degradadas. Ela provoca o empobrecimento do solo e a redução da capacidade produtiva ao longo do tempo. Além disso, é responsável por importantes problemas ambientais, como o transporte de terra para os cursos de água que provocam o assoreamento e a poluição dos mananciais, comprometendo a qualidade da água para consumo humano e animal.



Sem os devidos cuidados e uso adequado do solo, os processos erosivos podem evoluir, passando de um pequeno arraste de sedimentos até a abertura de grandes valas no terreno, o que torna o solo impróprio para a atividade.

O QUE FAZER

Adotar técnicas de manejo de pastagens que contribuam para o controle de processos erosivos: reforma de pastagens, construção de terraços, sistema de integração pecuária-floresta e outros.

IMPACTO DA ATIVIDADE NOS ECOSISTEMAS

A transformação de áreas naturais ou habitats em pastagens para a produção pecuária pode causar impactos significativos e até irreversíveis nos ecossistemas, comprometendo, principalmente, a biodiversidade e a qualidade da água e do solo. Além de contribuir para o desmatamento, o uso intenso das pastagens sem um plano de manejo e com alterações na composição da vegetação contribui também para o aumento da erosão e para a redução da qualidade do solo. Do mesmo modo, o acesso dos animais às fontes de água naturais pode gerar a contaminação e a destruição das matas ao redor dessas fontes e suas margens.

No caso da biodiversidade, o desenvolvimento de atividades produtivas de forma irregular, dentro ou próximo à áreas legalmente protegidas, representa enormes riscos ao equilíbrio e à estabilidade dos ecossistemas.



CONSUMO DE ÁGUA

A água é um elemento importante para saciar a sede dos animais, para produção, lavagem e processamento, além da limpeza de veículos e desinfecção das áreas e equipamentos. Além disso, também é usada para irrigar os campos que fornecem grãos para o gado.

O estudo apresentado pela EMBRAPA indica que o consumo do recurso apenas para saciar a sede de bovinos varia entre 22 a 78 L/dia. Dessa forma, identificar a demanda, assim como a sua disponibilidade e o planejamento e implementação de ações que possam aumentar a eficiência no consumo são fundamentais para uma melhor gestão.



O QUE FAZER

Identificar se há disponibilidade de água compatível com a demanda do projeto, considerando, quando aplicável, elaboração de estudo de viabilidade hídrica, solicitação de outorga e/ou termo de compromisso da companhia de saneamento atestando a capacidade de fornecimento, considerando ações de uso racional e o monitoramento da qualidade da água. Atentar para a Resolução CONAMA 357/2005 que dispõe sobre a classificação dos corpos hídricos e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

BEM-ESTAR ANIMAL

O crescimento do número de consumidores mais preocupados com a maneira com que os animais são criados e tratados para produção de alimentos vem contribuindo para o aumento da pressão por parte de governos e organizações da sociedade civil, além de induzir os produtores a adotar medidas que garantam o bem-estar dos animais.

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a adesão de princípios de boa nutrição, boa saúde, manejo, instalações adequadas e a livre expressão de comportamentos característicos das espécies devem ser considerados na gestão, especialmente em operações de larga escala produtiva e industrial.

Apesar de ainda ser um tema pouco explorado, negligenciar essa tendência pode representar perdas econômicas, seja pela demanda ética do consumidor ou pela própria qualidade do produto ofertado.



O QUE FAZER

Adotar procedimentos ou práticas relacionadas ao bem-estar animal, como iniciativas que podem abranger: criação de animais, sistemas de alojamento, transporte, abate e saúde animal, entre outros.

SAÚDE ANIMAL



O tema abrange toda a cadeia produtiva, não se limitando à saúde dos animais, mas também envolvendo questões de saúde pública e controle de riscos em toda a cadeia alimentar.

Especialmente na pecuária intensiva, os agentes causadores de doenças nos animais podem se espalhar rapidamente, afetando outros animais, as instalações e as pessoas. A morte de animais durante o transporte ou que estavam em quarentena também representam riscos de contaminação.

A atenção para as boas práticas sanitárias garante o bem-estar animal, a segurança alimentar e saúde pública.

O QUE FAZER



Introduzir medidas preventivas, como manter atualizado o calendário de vacinação, verificar a sanidade animal, identificar possíveis surtos de doenças na região (como a febre aftosa e a raiva bovina), adotar boas práticas sanitárias, treinar e capacitar os trabalhadores envolvidos nos cuidados com os animais e adotar medidas para controle de parasitas (como carrapatos, moscas e vermes). A adoção de planos para controlar a saúde dos animais e o monitoramento de zoonoses é fundamental para assegurar a oferta de alimentos seguros e contribuir para o bem-estar animal e humano.

TEMAS SOCIAIS

CONFLITO PELO USO DA TERRA

No Brasil, a competição cada vez maior entre a produção rural e a conservação ambiental é intensificada por conflitos sobre os direitos de posse e uso da terra, principalmente entre produtores rurais e comunidades tradicionais indígenas, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos, assim como movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Em alguns casos, os conflitos de terra tomam proporções mais graves e passam a representar riscos para a execução de projetos, necessitando de medidas de gestão para potenciais perdas.

Ações ou programas para mediar e resolver esses conflitos devem ser previstos, assegurando o uso legal dos recursos naturais da propriedade, bem como ações para compensar e indenizar em caso de limitação de usos por comunidades afetadas.



O QUE FAZER

Verificar se o projeto está inserido em áreas de conflitos ou disputas fundiárias, bem como os riscos relacionados e a pertinência de realizar provisão de valores para indenização de famílias afetadas e aquisição de terras. Desenvolver ações ou programas visando a mediação dos conflitos, a comunicação entre as partes e outras recomendações por parte do poder público.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE COMUNIDADES LOCAIS E TRADICIONAIS



Ao longo dos anos, o crescimento do setor veio acompanhado de diversos casos envolvendo a remoção de povos indígenas, quilombolas ou ribeirinhos. O avanço em territórios tradicionais, a ocorrência de violência física, psicológica e cultural, a criminalização de lideranças, muitas vezes, em uma postura de desrespeito às culturas e povos são consequências negativas desse crescimento.

Por vislumbrarem o controle popular do território, da água e de outros recursos naturais, bem como o direito dos povos indígenas de participarem das decisões que os impactam diretamente dentro do conceito “Free, Prior and Informed Consent” (FPIC), adotado na Declaração das Nações Unidas, as empresas que atuam no setor têm sofrido cada vez mais pressões de entidades de defesa e de movimentos nacionais e internacionais pela luta dos direitos humanos.

O QUE FAZER



Verificar a existência de áreas indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas e/ou demais comunidades tradicionais próximas ao local e que possam ser impactadas pelo projeto. É importante a implantação de ações de consulta, engajamento e/ou participação popular, envolvendo as comunidades direta ou indiretamente afetadas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), entre 1995 e 2013 foram libertados mais de 46 mil trabalhadores em condições de trabalho comparadas ao escravo. Mesmo que nos últimos anos as ocorrências tenham acontecido, principalmente, na zona urbana, as atividades rurais responderam, direta ou indiretamente, por grande parte destes números, especialmente com a expansão da fronteira agrícola sobre a floresta amazônica.



O QUE FAZER



O empreendedor deverá oferecer condições dignas que atendam às exigências legais, além de dispor de um sistema de controle e monitoramento para as questões relativas ao tema. Com essas práticas, evitam-se embargos e ações judiciais referentes às questões trabalhistas.

SAÚDE E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES RURAIS



Atualmente, acidentes relacionados à operação e manutenção de máquinas, equipamentos e movimentação de cargas são os mais comuns, além da exposição direta ou indireta a produtos químicos. No que se refere aos agentes biológicos, a exposição à bactérias, fungos e vírus transmissores de doenças são os principais pontos de atenção na cadeia.

Atualmente, acidentes relacionados à operação e manutenção de máquinas, equipamentos e movimentação de cargas são os mais comuns, além da exposição direta ou indireta a produtos químicos. No que se refere aos agentes biológicos, a exposição à bactérias, fungos e vírus transmissores de doenças, esses são os principais pontos de atenção na cadeia.

Outro risco para o setor é o trabalho em espaços confinados como silos, tanques de água, sistemas para o tratamento do estrume e edifícios com falta de ventilação, o que requer medidas de controle e ações preventivas.

O QUE FAZER

Disponibilizar e fazer cumprir orientações técnicas para o manejo adequado de maquinário, equipamentos e insumos, além de disponibilizar equipamentos individuais obrigatórios de segurança (EPI), visando minimizar os riscos de acidentes. O sistema de monitoramento das condições de trabalho pode ser construído de forma que possibilite o controle dessas questões. É importante que o sistema de gestão também inclua, em seu escopo, os impactos do projeto na saúde e segurança da comunidade ao redor.

FRIGORÍFICO

TEMAS AMBIENTAIS

GESTÃO DA CADEIA DE FORNECEDORES

A crescente pressão para o desenvolvimento de produtos de qualidade que atendam aos requisitos legais e apresentem um menor impacto socioambiental, tem demandado à diversas cadeias produtivas maior integração, transparência e compromisso entre suas diferentes áreas. Para a pecuária, essa pressão se tornou mais complexa na medida em que as questões como o desmatamento, o trabalho comparado ao escravo, o uso irregular de terras e os maus tratos aos animais deixaram de ser problema apenas de um segmento da cadeia produtiva para estar associado a todos, do produtor ao varejo, independentemente de participação direta e do tipo de produto (carne, leite, couro). Nesse sentido, a gestão de fornecedores ganha relevância e diferentes estratégias têm sido adotadas para reduzir os riscos socioambientais.

Os programas para rastrear e garantir a origem dos produtos são exemplos de ferramentas que ajudam nessa gestão, já que tendem a definir critérios mais claros e objetivos na relação de fornecimento.



O QUE FAZER



Adotar sistema que inclua informações sobre a estratégia, políticas e práticas adotadas pelos fornecedores, identificando os critérios socioambientais utilizados para avaliá-los e qualificá-los. Verificar se possuem regularização fundiária e ambiental (CCIR, CAR, licenciamento), se não estão produzindo em áreas de desmatamento irregular, em Unidades de Proteção e Conservação ou em áreas embargadas (consulta no site do IBAMA). Observar as listas oficiais e dados referentes às práticas de trabalho análogo ao escravo ou infantil.

CONSUMO DE ÁGUA

O consumo de água no setor é elevado, principalmente, se forem somadas às etapas de pecuária e frigorífico (processo de abate e industrialização). Em relação ao abate e à industrialização, segundo levantamento da CETESB, a carne bovina necessita de 1.000 a 3.000 L/cabeça.



Embora exista uma grande variação nos comparativos do consumo por tipo de animal, a influência da região, os processos produtivos, as características da indústria, o desafio relacionado ao aumento da escassez do recurso natural, em muitas localidades, reforça a relevância do tema para o setor, uma vez que pode afetar o abastecimento da produção, aumentar os custos e gerar conflitos de interesse, como a utilização da água para o consumo.

Dessa forma, identificar a demanda, a disponibilidade do recurso hídrico, o planejamento e a implementação de ações que aumentem a eficiência no consumo são fundamentais para uma melhor gestão.

O QUE FAZER

Verificar se há disponibilidade de água compatível com a demanda do projeto, considerando a elaboração de estudo de viabilidade hídrica, a solicitação de outorga para o uso e/ou termo de compromisso da companhia de saneamento atestando a capacidade de fornecimento. Além disso, podem ser implantados sistemas para reuso da água, ações para utilização racional da água e monitoramento do consumo, bem como a utilização de equipamentos mais eficientes nas unidades industriais.

TRATAMENTO E DESCARTE DE EFLUENTES LÍQUIDOS

A geração de efluentes pode contribuir para a contaminação de águas superficiais e subterrâneas, levando em consideração o elevado teor de compostos orgânicos, nutrientes, amônia, antibióticos e hormônios que podem causar mudanças nas características físicas, químicas e biológicas da água.

Os impactos ambientais aumentam quando a geração de efluentes ocorre de maneira concentrada e não controlada, como em produções intensivas, de confinamento, nos abatedouros, frigoríficos e curtumes. Nesses casos, os sistemas de tratamento são fundamentais para melhorar a qualidade da água descartada, atender a requisitos legais específicos e viabilizar alternativas para a sua reutilização.



O QUE FAZER

Verificar se para a gestão dos efluentes líquidos estão consideradas ações de uso racional da água, as diferentes fontes de geração e tipos de efluentes, as formas de tratamento, descarte final e o monitoramento da qualidade da água.

BEM-ESTAR ANIMAL

A preocupação da população com o bem-estar animal, que procura respeitar as necessidades comportamentais, bioquímicas, mentais e fisiológicas das espécies, com o intuito de melhorar a qualidade do produto, viabilizar o crescimento sustentável e agregar valor econômico, vem crescendo ao longo do tempo.

Essa nova realidade tem impulsionado o setor da pecuária a adotar sistemas sustentáveis de produção, exigindo produtos mais seguros, com rastreabilidade da origem do gado, atenção para alimentação, transporte dos animais e preocupação especial com o abate de forma adequada.



GERAÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS



Os resíduos gerados no processo de produção, abate e processamento de animais podem ter diversas formas, como restos de comida que podem conter proteínas, hormônios, antibióticos, esterco, carcaças, medicamentos não utilizados ou vencidos, embalagens em geral, lodos de estações de tratamento de efluentes, materiais de limpeza e resíduos gerados a partir do abate e processamento (ossos, sangue e outros).

O esterco gerado pela pecuária intensiva, ou no caso dos frigoríficos, no recebimento e estocagem de animais para o abate, contém uma grande quantidade de nutrientes e agentes causadores de doenças, como bactérias e vírus.

O tratamento e destinação inadequados desses resíduos podem contribuir para a contaminação de águas superficiais e subterrâneas, além de emissões de gases para a atmosfera. Por isso, uma gestão adequada do esterco, por exemplo, pode contribuir para a produção de adubos/fertilizantes de alta qualidade ou para a geração de biogás, que irá também contribuir para a redução de custos operacionais.

No caso das carcaças, essas devem ser destinadas rapidamente para evitar a proliferação de doenças.

O QUE FAZER

Elaborar plano de gestão ambiental adequado para os resíduos sólidos, englobando as formas de coleta, armazenamento, tratamento e disposição final, bem como desenvolver estratégias para reduzir a geração e reciclagem dos principais resíduos. Quando aplicável, deve obter licenças ambientais, dentre outros.

TEMAS SOCIAIS

SAÚDE E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores de frigoríficos são expostos constantemente a diversos riscos físicos, químicos e biológicos e necessitam de medidas que garantam a sua segurança. Embora tenha ocorrido uma evolução nos processos de avaliação e gestão da saúde e segurança dos trabalhadores, tanto pela criação de regulamentações específicas quanto pela maior mecanização e automatização de processos, ainda há situações de grande risco de acidentes graves no setor, além do trabalho informal, principalmente nos pequenos abatedouros.



O QUE FAZER



Recomendamos ao empreendedor que forneça orientações técnicas para o manejo adequado de maquinário, equipamentos e insumos, além dos equipamentos individuais obrigatórios de segurança (EPI), visando minimizar os riscos de acidentes e injúrias no trabalho. O sistema de monitoramento das condições de trabalho pode ser construído de forma que possibilite o controle dessas questões. É importante que o sistema de gestão também inclua em seu escopo os impactos do projeto na saúde e na segurança da comunidade ao redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de bovinocultura tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico brasileiro. No entanto, se mostra como um setor crítico em relação aos impactos que são gerados durante suas atividades. Por isso, os empreendedores devem estar atentos para as boas práticas sustentáveis no processo de pecuária, desde a criação até à industrialização.

A busca de práticas que sejam sustentáveis de forma econômico-financeira, social e ambiental aos projetos, identificando os aspectos que podem representar riscos para a atividade devem fazer parte dos processos das empresas. A regularidade socioambiental dos empreendimentos pecuários é fundamental para a sua implementação e continuidade, além de ser uma condição essencial para o acesso ao crédito.

Incorporar critérios ao processo de análise de riscos, fazendo com que empresas/ organizações tenham responsabilidades com a sociedade e meio ambiente é uma das atividades centrais, tanto para o desenvolvimento sustentável quanto para aprimorar a gestão de riscos da própria instituição financiadora do empreendimento.

Assim, identificando os aspectos que possam representar riscos para o projeto do tomador do crédito e, conseqüentemente, para a instituição financeira, é também fundamental que os programas socioambientais propostos pelo cliente sejam capazes de gerir adequadamente os impactos.

Este guia de boas práticas de pecuária foi elaborado pela Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da CAIXA, com o apoio da empresa Origami Consultoria em Gestão de Negócios Sustentáveis Ltda.

A seguir, apresentaremos a síntese dos requisitos exigidos para garantir a regularidade socioambiental do empreendimento. Ressaltamos que são exigências mínimas, devendo ser observadas as peculiaridades de cada projeto para que englobe todas as ações necessárias quanto à redução dos impactos socioambientais.



LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- Conflitos pelo uso da terra
- Planejamento do uso da terra (ZEE)
- Unidades protegidas (APP, APA, RL, Patrimônio Mundial da UNESCO)
- Disponibilidade Hídrica

REGULARIDADE SOCIOAMBIENTAL

- Licença Ambiental
- Outorga pelo uso de recursos hídricos
- DOF, ASV
- CAR e CCIR
- Leis trabalhistas
- NR 7 - PCMSO, NR 9 - PPRA, NR 31
- CTF



MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE IMPACTOS

- Técnicas de manejo
- Bem-estar animal
- Cadeia de fornecedores
- Tratamento e destinação adequada de efluentes gerados
- Conservação de ambientes naturais
- Destinação correta dos resíduos gerados
- Uso eficiente dos recursos hídricos

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

- Meio socioeconômico
- Saúde e segurança dos trabalhadores
- Meio físico
- Meio biótico



- ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico
- APP - Área de Preservação Permanente
- APA - Área de Proteção Ambiental
- RL - Reserva Legal
- CTF - Cadastro Técnico Federal
- DOF - Documento de Origem Florestal
- ASV - Autorização de Supressão Vegetal
- CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
- CAR - Cadastro Ambiental Rural

- NR 7 - Norma Regulamentadora 7: Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
- NR 9 - Norma Regulamentadora 9: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
- NR 31 - Norma Regulamentadora 31: Segurança e Saúde no Trabalho, na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Agricultura
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

CAIXA

2016